

FENÔMENOS NATURAIS VERSUS FENÔMENOS SOCIAIS: CUBA E AS LIÇÕES DO KATRINA

AUGUST NIMTZ *

“Se esta cidade morrer, terá sido efetivamente um resultado da passagem do Katrina”
(Oliver Thomas, presidente da Câmara de Vereadores

de Nova Orleans, dois dias após o furacão)

“Estamos testemunhando a pior crise de saúde a afetar as crianças na moderna história norte-americana se desenrolando através da área do golfo”

(Op-ed, **New York Times**, Nova York, 9 de maio de 2006)

“Achava que poderia sobreviver à tempestade e sobrevivi, o que acontece agora é que está me matando”

(um morador de Nova Orleans, **New York Times**, Nova York, 21 de Junho de 2006)

1. INTRODUÇÃO

A comoção em torno das observações feitas por Ray Nagin, o prefeito da “cidade chocolate”, durante a celebração do aniversário de Martin Luther King Júnior, em Nova Orleans, acabou obscurecendo um comentário particularmente insidioso feito por aquela autoridade inabalável. De acordo com Nagin, a morte e a destruição trazidas pelo Furacão Katrina significam que *“Deus, certamente, está contrariado com a América Negra”*. Como demonstração desta manifestação de sabedoria, Nagin mencionou uma bem conhecida litania de males que os negros têm, supostamente, infligido a si mesmos – crianças nascendo fora do casamento, crimes de negros contra negros, uso de drogas etc.

Seria difícil recuperar uma declaração mais racista realizada por uma autoridade pública na história recente dos Estados Unidos. A ausência de indignação por parte dos autodenominados porta-vozes da América Negra e a atenção que o comentário recebeu da grande imprensa são também reveladores. Raramente um pronunciamento público, e os eventos que o provocaram, deixaram tão clara a necessidade de uma análise científica da realidade social, não obstante os protestos dos pós-modernistas.

Para efeito de explicação do que efetivamente aconteceu em Nova Orleans e adjacências, tomemos em consideração uma localidade situada a algumas centenas de milhas ao Sul, também ameaçada pelos furacões: a ilha de Cuba. Um relatório editado pela Oxfam América em 2004, intitulado **Cuba – sobrevivendo à tempestade: as lições cubanas sobre a redução de riscos**, detalha como o governo comunista da ilha, com muito menos recursos do que o seu vizinho temente a Deus do Norte, obteve muito mais sucesso na proteção das vidas de seus cidadãos quando atingida pela tempestade. Como afirmam os autores no sumário da publicação,

as realizações cubanas na redução dos riscos emanam de um impressionante processo multidimensional. O seu fundamento é um modelo sócio-econômico que reduz a vulnerabilidade e investe no capital social através do acesso universal aos serviços governamentais

e da promoção da igualdade social. Os níveis elevados de alfabetização, desenvolvimento de infra-estrutura nas áreas rurais e acesso a um sistema eficiente de saúde daí resultantes desempenham uma função capital na produção de “efeitos multiplicadores” para os esforços nacionais de mitigação, preparação e resposta aos desastres naturais. (...) No âmbito nacional, a legislação cubana sobre desastres naturais, os programas educacionais sobre desastres naturais no sistema público de educação, a investigação meteorológica, o sistema de alerta preliminar, um sistema efetivo para a comunicação de desastres, um plano de emergência abrangente e a estrutura da Defesa Civil são recursos importantes na prevenção dos desastres naturais. A estrutura da Defesa Civil depende da mobilização da comunidade ao nível das pessoas comuns sob a liderança das autoridades locais, da ampla participação da população na montagem dos mecanismos de preparação e resposta e do capital social acumulado. (...) Tanto o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP) quanto a Federação Internacional da Cruz Vermelha e das Sociedades do Crescente Vermelho (IFRC) têm repetidamente apontado Cuba como um exemplo a ser emulado por outros países em matéria de redução de riscos (Thompson e Gaviria, 2004)

No próprio texto do relatório, os autores deixam muito claro o que eles entendem por “realizações cubanas”: *“durante os sete anos situados entre 1996 e 2002, seis grandes furacões atingiram Cuba, mas apenas um total de 16 pessoas morreram”*. O que é notável neste relatório é que ele foi escrito um ano antes que a ilha fosse atingida pelos dois furacões mais poderosos de sua história: Ivan, uma tempestade de categoria cinco, em 2004, e Dennis, uma tempestade de categoria quatro, em 2005. Quase milagrosamente nem um só cubano faleceu na passagem do Ivan. E, em relação a Dennis, que precedeu o Katrina em cerca de dois meses e possuía a mesma intensidade quando alcançou a ilha, somente quinze cubanos perderam suas vidas. Isto contrasta em termos agudos com o que aconteceu na costa do Golfo dos Estados Unidos. A pergunta é: por quê?

Mais especificamente, o que explica que um país subdesenvolvido, incessantemente acusado por seus detratores de se encontrar sob a ditadura de Fidel Castro, consegue realizar melhor a tarefa de salvar as vidas de seus cidadãos quando atingido por um fenômeno natural como um furacão do que o mais rico e supostamente – de acordo com sua própria auto-avaliação – mais liberal e democrático dos regimes existentes no planeta? Como os acontecimentos de Nova Orleans e adjacências demonstraram tragicamente, não se trata de uma questão de mero interesse acadêmico, mas sim de vida ou morte.

2. ANTES E DEPOIS DA REVOLUÇÃO

Uma conhecida anedota sobre a forma como os cubanos narram sua própria trajetória diz respeito ao uso constante da frase “antes da Revolução”. As boas anedotas são aquelas informadas por algum elemento de verdade. Quando se trata de furacões em Cuba, as definições temporais costumam dizer alguma

coisa, o que pode ser atestado pela relevância, ainda que limitada, atribuída pelo relatório da Oxfam aos fatores históricos:

Havana é uma cidade de 2 milhões de habitantes, com um histórico de mortes provocadas por furacões. Em 1844, 500 pessoas perderam suas vidas. Em 1866, o número de vítimas fatais chegou a 600. Em 1944, ocorreram 330 mortes e 269 desabamentos de prédios. Em 2001, o Furacão Michelle trouxe para Cuba sua pior tempestade desde 1944, porém, somente cinco pessoas morreram (idem: 56)

Em outubro de 2002, “um velho trabalhador rural de Pinar Del Rio contrastava a situação atual com a dos tempos de sua infância...: ‘Naquele tempo, mesmo se você tivesse rádio, não saberia nada a respeito da chegada de um furacão, a não ser pelos sinais do próprio tempo, até que ele aparecesse em cima de você, tentando arrancar o telhado de sua casa’” (ibidem, 35). Embora o governo revolucionário tenha chegado ao poder em janeiro de 1959, foi apenas após a tragédia provocada pela passagem do Furacão Flora, em setembro de 1963, que os dirigentes cubanos foram tomados pela consciência do que necessitava ser feito. Três anos mais tarde, quando outra tempestade de intensidade similar se aproximava da ilha pela Província de Oriente, o presidente Fidel Castro se dirigiu à nação – com instruções particulares para o povo daquela Província – revelando o que a Revolução havia aprendido com a experiência anterior:

Gostaria de lembrar a vocês o que aconteceu naquela ocasião [1963]. Um grande número de pessoas não quis abandonar suas casas... Mais de mil camponeses morreram, principalmente crianças. É por isto que, agora, todos aqueles que moram em localidades atingidas pelas inundações devem evacuar estas áreas e procurar abrigo em locais seguros, que estão sendo organizados em cada região. Ninguém, sob hipótese alguma, deve ficar para trás... É melhor fazer qualquer sacrifício, enfrentar qualquer desconforto que se faça necessário, mesmo que nada daquilo venha a ocorrer... Devemos prevenir a perda de uma simples vida, tanto na cidade quanto no campo. (...) Nossos esforços devem ser dirigidos em primeiro lugar para a proteção da vida humana. Em segundo lugar, para salvar o gado; (...) [em terceiro lugar], salvar plantações, como as de plátanos. (...) Estas medidas devem ser adotadas pelos camaradas das organizações e do partido tanto quanto possível. (...) [Também] devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para assegurar que a colheita de café não seja perdida. (...) Quero repetir que as primeiras iniciativas devem ser adotadas com as atenções voltadas para o povo, em seguida para as criações familiares, em especial o gado, depois as lavouras de plátanos e em quarto lugar para as demais plantações. Tivemos a experiência do Furacão Flora, que foi bastante dramática e bastante dura de tal maneira que devemos tanto quanto possível evitar a sua repetição... O que não pode ocorrer em nenhuma circunstância é a repetição das coisas que se sucederam quando da passagem do Flora, como conseqüência da falta de previsão, falta de cuidado e falta de atenção. Estes são os pontos principais que eu gostaria de destacar para os cidadãos da Província de Oriente

Uma vez que a liderança revolucionária decidiu dar um basta à situação anterior e atuar efetivamente no cumprimento desta decisão, foram tomadas medidas que até os dias de hoje continuam a beneficiar o povo cubano. As medidas mais importantes são aquelas tomadas antes da chegada de um furacão. Uma delas, que o relatório da Oxfam denomina “Mapeamento de riscos para a comunidade”, pode ser bem ilustrada pelo comentário de uma representante local da organização feminina de massas sediada na capital cubana, a Federação de Mulheres de Cuba:

Sou responsável por esta parte da vizinhança. (...) Se um furacão chegar, eu sei que no interior de uma unidade multifamiliar há uma velha mulher em uma cadeira de rodas que vai necessitar de ajuda para sair. Tenho sob minha responsabilidade onze mães solteiras nos segundo e terceiro andares de prédios de apartamentos com crianças de menos de dois anos, as quais precisarão de uma ajuda especial na hora da evacuação e necessidades especiais nos abrigos. Tenho duas mulheres grávidas em dois diferentes blocos, as quais exigirão uma atenção especial (Thompson e Gaviria, 2004: 31)

Um aspecto interessante e relevante da preparação, ainda que não mencionado no relatório da Oxfam, diz respeito à evacuação dos animais domésticos. Os cubanos aprenderam ao longo do tempo que é preciso que seus bichos sejam evacuados com segurança para que os donos também se sintam motivados a partir. Por esta razão, os abrigos são equipados com equipes veterinárias. Por fim, também nas atividades de reconstrução fica evidenciado o que foi conquistado após a passagem do Flora. Uma autoridade governamental da cidade de Cienfuegos afirmou aos pesquisadores da Oxfam que

há bastante experiência aqui e um bocado de solidariedade. As pessoas realmente colaboram e isto faz uma grande diferença. Ocorre uma participação massiva. Depois do Furacão Michelle, em 2001, todo mundo deu uma mãozinha na limpeza e os caminhões completaram o serviço. Em quatro ou cinco dias os trabalhos de limpeza estavam concluídos na cidade. Todos mergulharam nas atividades de reparos e reconstrução. (...) Somos educados para pensarmos nas outras pessoas e pensamos uns nos outros. É isto que protege as pessoas. Solidariedade é a chave de tudo. Porém, ela não é perfeita: necessitamos incrementá-la (idem: 40)

Sumarizando o aprendizado, o relatório da Oxfam afirma que

a lição mais importante acerca do processo de resposta aos desastres em Cuba é que as pessoas cooperam em massa. A combinação de boa gestão pública, educando e envolvendo de fato a população, e sistemas eficientes resulta na existência de um grande número de pessoas dotadas de confiança e aptidão para o uso destes recursos e dotadas do treinamento necessário para operacionalizá-los (ibidem: 35)

Mais uma vez, como pode um governo destituído dos adornos da democracia liberal ser mais eficiente na proteção das vidas de seus cidadãos do que foi seu vizinho setentrional, com todos os adornos citados e muito mais recursos, em setembro de 2005? Uma outra maneira de refletir a respeito da questão é considerar que, dois anos após o Flora, Betsy, uma tempestade de intensidade similar, atingiu as proximidades de Nova Orleans em setembro de 1965, provocando um número incomum de mortes. Da mesma maneira que os governantes cubanos disseram “nunca mais!”, sou capaz de supor que sua contraparte estadunidense tenha dito coisa similar. Os primeiros, no entanto, agiram no cumprimento da promessa, enquanto que os últimos, como os desdobramentos da passagem do Katrina revelaram e aquilo a que a primeira epígrafe deste artigo faz alusão, não o fizeram. De novo, a pergunta é por quê?

3. ESTADO CASTRENSE OU SOLIDARIEDADE SOCIAL?

A resposta apresentada mais comumente pelos detratores da Revolução Cubana para explicar seus sucessos – tipificada na cobertura feita pela grande imprensa quando da passagem do Katrina pela ilha – é que os cubanos vivem numa sociedade militarista e aquartelada, que não lhes concede muitas oportunidades de escolha. Em outras palavras, o regime cubano consegue ser mais eficiente porque é mais hierarquizado e controlador (intrusivo), diferentemente dos governos liberais. Ele pode exigir obediência às ordens de evacuação, dizem os argumentos, de uma maneira que os governos liberais não são capazes de fazer. Mas não são estes regimes nocivos para os seus cidadãos?

Cuba é, decerto, uma sociedade armada, organizada e disciplinada, se é isto que a caracterização quer descrever – e por uma boa razão. Situada na porta de entrada de uma potência detentora da maior capacidade militar de toda a história, comprometida e executando repetidamente uma política para derrubar sua Revolução, os cubanos têm todas as razões para se organizarem desta forma. A propósito, como poderia uma ditadura armar as próprias massas, como acontece efetivamente em Cuba, através dos Comitês de Defesa da Revolução, integrados pelas pessoas do povo?. Dito isto, no entanto, cabe notar, primeiramente, que, ainda que as evacuações sejam compulsórias, em Cuba as autoridades não podem obrigar os cidadãos a partirem, como confirmado através de exemplos no relatório da Oxfam.

Mais do que simplesmente uma sociedade organizada para se defender, a característica mais essencial de Cuba é a existência e a reprodução da solidariedade humana. Isto explica por que Cuba, uma sociedade subdesenvolvida e carente de muitos recursos materiais disponíveis nos Estados Unidos é capaz de executar melhor a tarefa de educar e atender as necessidades sanitárias de seus cidadãos do que seu vizinho muito mais rico do Norte. Sua taxa de mortalidade e expectativa de vida rivalizam com as dos países capitalistas mais avançados, incluindo os Estados Unidos, sem considerar as zonas mais empobrecidas deste último, como a Costa do Golfo. As imagens provenientes de Nova Orleans depois do Katrina servem como aprendizado para aqueles que desconheciam esta faceta do império: o

fenômeno do desenvolvimento desigual e combinado ou o Terceiro Mundo no próprio ventre da besta.

A exemplo de Nova Orleans e o restante da Costa do Golfo, Cuba foi, no passado, marcada por agudas diferenças raciais. Embora um sistema rígido de segregação racial estivesse em grande medida ausente na Cuba pré-revolucionária, as pessoas de origem africana, como seus irmãos e irmãs distantes do Norte, padeciam a desigualdade social nos âmbitos do atendimento médico, educação e emprego. Como também ocorria em outros lugares da América Latina e do Caribe, os problemas raciais eram complicados pela discriminação de classe numa proporção muito maior do que no Norte. Por outro lado, assim como em Nova Orleans, e diferentemente do restante dos EUA, a discriminação racial era complicada pela cor da pele.

Embora a Revolução Cubana ainda seja desafiada pela questão racial, as evidências mostram que a ampla maioria dos negros e mulatos cubanos obteve expressivos ganhos desde 1959. Os tipos de disparidade racial revelados pelo Katrina encontram-se, em grande medida, superados na Cuba de hoje. Evidências implícitas – uma vez que os dados cubanos não são explicitamente comparáveis – em áreas com taxas de mortalidade infantil, expectativa de vida, educação e emprego indicam que as oportunidades postas à disposição dos cubanos de ascendência africana são significativamente melhores que as de seus correspondentes dos Estados Unidos, especialmente em Nova Orleans e na Costa do Golfo. Também aqui, o tipo de solidariedade social instituída pela Revolução é amplamente responsável por tais realizações.

Neste ponto, é importante ressaltar que, embora o problema racial tenha conquistado uma visibilidade muito grande na tragédia social provocada pelo Katrina, as questões de classe não são menos importantes. Ter percorrido de carro, quatro meses após o furacão, um trajeto que abrangeu o distrito operário de São Bernardo, habitado por uma população predominantemente branca, partindo dos distritos predominantemente negros da freguesia de Orleans, foi para mim extremamente instrutivo. Do ponto de vista proporcional, os graus de destruição e, possivelmente, o nível de mortalidade foram ainda maiores em São Bernardo. Este aspecto recebeu menos atenção devido ao papel que a questão racial desempenha nos EUA, de modo geral, e nesta parte do país, em particular. Como o desastre ganhou uma conotação racial, a classe operária branca de São Bernardo, que poderia ser beneficiada por uma maior atenção da sociedade, não se contrariou, posso imaginar, com a falta da mesma: *“o preço de ser branco pode ser elevado”*.

Tudo isto contrasta com Cuba onde, mesmo antes da Revolução, a classe operária encontrava-se muito mais integrada racialmente do que virtualmente em qualquer parte dos Estados Unidos. Esta circunstância explica porque a classe operária cubana pode levar adiante um projeto socialista em 1959, enquanto sua contraparte do Norte tinha como tarefa, neste mesmo momento, a revogação das Leis de Segregação Racial (Jim Crow). Em outras palavras, a classe operária cubana, diferentemente da estadunidense, caracterizava-se por um grau mais elevado de consciência de classe porque se encontrava

relativamente livre de uma rígida segregação racial. Daí a importância política da luta pela revogação das leis de segregação para a possibilidade de que a classe operária norte-americana pudesse fazer aquilo que seus co-irmãos fizeram em Cuba. A integração racial da classe operária cubana se aprofundou qualitativamente após a década de 50 com as conquistas no campo da igualdade social, o que, portanto, explica porque os furacões não são racializados em Cuba.

A solidariedade humana não se detém nas fronteiras da ilha, porém, falando com todas as letras, estende-se aos lugares mais remotos do planeta. Os mais de dois mil cubanos que auxiliaram as vítimas do terremoto no Paquistão são apenas o último do vasto e orgulhoso registro da ajuda da Revolução aos menos afortunados ao redor do mundo. Profissionais cubanos do setor da medicina trabalham em mais de setenta países e em algumas das regiões mais remotas e empobrecidas do mundo. Este último dado lança por terra a acusação de que os cubanos o fazem com o simples objetivo de obterem vantagens políticas. (O novo documentário cubano *Montanha de Luz* é obrigatório para todos os que desejarem ver imagens deste lado mais nobre da Revolução Cubana.)

Quando o Furacão Mitch semeou destruição entre os povos da América Central e do Caribe em 1998, Cuba respondeu abrindo a Escola de Medicina Latino-Americana, gratuita para os residentes da área, exigindo, como única condição para o ingresso na mesma, que os estudantes, após terem se formado, pudessem retornar a seus países de origem e atuar junto aos cidadãos mais necessitados. Mais tarde, também foram disponibilizadas vagas para estudantes procedentes das comunidades mais pobres dos Estados Unidos. Isto aconteceu como resultado de um diálogo entre Fidel Castro e um congressista negro do Mississippi, que revelou a carência de profissionais da área médica em seu distrito predominantemente rural. No verão passado, o primeiro norte-americano colou grau naquela escola. Quis o destino que este estudante, um jovem negro chamado Cedric Edward, fosse proveniente da região de Nova Orleans. Sua tarefa agora – de volta ao lar em uma sociedade mercantil por excelência – será superar os obstáculos financeiros para obter uma residência médica de modo a concluir sua formação como médico.

Sem qualquer surpresa, portanto, Cuba imediatamente ofereceu assistência às vítimas da catástrofe social que se seguiu ao Katrina (1586 médicos e outros profissionais de saúde). Para evitar que tal oferecimento fosse apresentado como uma tentativa de obtenção de vantagens políticas, os cubanos não o divulgaram publicamente. Somente quando Washington deixou de incluí-los na lista de doadores voluntários os cubanos revelaram sua oferta, visando, principalmente, informar aqueles que ao redor do mundo imaginavam se Cuba poderia fazer pelos cidadãos dos EUA aquilo que habitualmente faz aos cidadãos de outros países.

Se o oferecimento fala pela essência da sociedade cubana, ou seja, a promoção da solidariedade, a recusa de Washington em aceitar a ajuda testemunha sobre o núcleo dos valores cultivados pelos líderes estadunidenses. A resposta deles é uma evidência a mais de que o que

aconteceu em Nova Orleans e arredores só pode ser descrito como uma negligência planejada. Coerente com uma sociedade que promove a ética do “o que é meu é meu, o que é seu é seu”, ou, numa forma mais delicada, a “responsabilidade pessoal”, o governo deixou que seus cidadãos se protegessem por si mesmos enquanto o furacão se aproximava. Aqueles dentre nós que foram pessoalmente afetados pela tempestade ficam vulneráveis a esta mesma ética. Nossa primeira (e às vezes única) preocupação era se nossos familiares haviam conseguido escapar da catástrofe. Somente mais tarde, na medida em que as imagens começaram a aparecer, percebemos a necessidade de pensarmos socialmente, para além dos limites estreitos da consangüinidade.

Deveríamos ter nos indignado com o que se sucedeu, porém, não nos surpreender. Diferentemente do que existe em Cuba, o governo dos Estados Unidos – em todos os seus níveis – serve prioritária e privilegiadamente às necessidades dos cidadãos que controlam os recursos fundamentais do país, principalmente a riqueza. As desigualdades na distribuição das riquezas das quais o capitalismo depende e que gera as necessidades – com as desigualdades crescentes de nossos dias – assegura que os interesses do povo trabalhador estejam sempre subordinados aos dos ricos. Os mais poderosos utilizam seus recursos para garantir que seus interesses obtenham a atenção prioritária do governo. Então, quando uma catástrofe irrompe – pode ser um furacão, um terremoto ou a próxima pandemia de gripe –, o povo trabalhador tem de suportar de forma desproporcional o ônus de sua fúria.

A tendência inerentemente pró-capitalista do governo dos Estados Unidos também explica porque o chamado esforço de reconstrução do momento pós-Katrina privilegia os mais ricos, como fica claramente evidente nos Estados do Golfo, ao qual alude a terceira epígrafe que prefacia este artigo. Que milhares de evacuados vivam crescentemente com o horror diário de haverem se tornado sem-teto é uma simples evidência adicional desta triste realidade.

4. O CERNE DO PROBLEMA

O que, portanto, distingue Cuba dos EUA – afirmação crucial ausente no relatório da Oxfam – é que seus cidadãos possuem um governo que representa e atua em função dos interesses das maiorias trabalhadoras; em outras palavras, uma democracia substantiva. Se algumas das formas da democracia liberal estão ausentes de Cuba, em especial as eleições competitivas e multipartidárias, a substância da democracia, na forma do atendimento aos interesses da maioria, tem o seu lugar, como pode ser medido pelas conseqüências das ações governamentais sobre a vida e a morte das pessoas.

Desde 1959 os operários e camponeses arrancaram o poder político das mãos de uma rica minoria e começaram a exercê-lo em proveito próprio. Este processo demorou cerca de dois anos para ser completado. Começou com a derrota da máquina militar de Fulgêncio Batista para o exército rebelde. Sem o aparato militar do Estado, a classe capitalista de Cuba se viu privada dos

meios necessários para a proteção de suas riquezas, a fonte de seu poderio político. Não havia mais um exército interno que pudesse impedir a materialização da principal decisão tomada pelo governo revolucionário naquele período: a distribuição radical da terra. Aos latifundiários faltava a força material que lhes permitiria resistir aos camponeses mobilizados, os quais, fizeram com suas próprias mãos das leis de reforma agrária uma realidade prática. A nacionalização das propriedades estrangeiras aprofundou o processo. Tanto os capitalistas cubanos como seus protetores em Washington perceberam que seus dias estavam contados, a menos que organizassem uma revolta armada. Quando esta tentativa fracassou nas areias de Playa Giron/Baía dos Porcos em abril de 1961, o caráter socialista da Revolução foi não apenas proclamado, mas assegurado.

Os operários e camponeses dos Estados Unidos ainda têm que fazer o que seus correspondentes cubanos já fizeram. Eis porque afirmo que é uma ilusão para os trabalhadores deste país referirem-se ao “nosso” governo. E nenhum outro grupo de trabalhadores nos EUA pode fazer um uso pior desta falsa noção do que aqueles que foram vítimas da inação de “seu” governo quando da passagem do Katrina. Ao contrário do que disse o Grande Emancipador, “nosso” governo é o governo do capital, para o capital e pelo capital. Nós, ou seja, os trabalhadores (qualquer um/a que tenha de vender a sua força de trabalho para sobreviver), gostaríamos de ter, a exemplo das massas cubanas, nosso próprio governo. Porém, não devemos confundir o que queremos com aquilo que de fato temos, porque fazê-lo, como ficou tragicamente demonstrado em Nova Orleans, pode ser mortal.

O que a classe trabalhadora cubana possui e a sua contraparte do Norte não é um Estado que ajuda a organizar e reproduzir a solidariedade humana, tanto interna quanto internacionalmente. A força do relatório da Oxfam consiste em que ele documenta amplamente este fato ao descrever como os cubanos se preparam para os furacões e o que fazem após a passagem destes. Ele falha, no entanto, ao não explicar porque os cubanos podem fazer isto, não apenas em seu próprio país como também no exterior. A posse do poder estatal/governamental pela classe trabalhadora lhes possibilita a materialização de seu impulso natural de ajudar, em tempos de dificuldade, seus companheiros em qualquer lugar do mundo.

Contrariamente às descrições midiáticas, foram realizados incontáveis atos de solidariedade imediatamente após a passagem do Katrina entre os residentes das áreas afetadas. A história de Charmaine Neville, da afamada família Neville de Nova Orleans, por exemplo, é bastante tocante, a despeito da dor que ela viveu e testemunhou. As iniciativas que muitos como ela tiveram e o que eles alcançaram, salvando-se uns aos outros da inundação – incluindo membros de minha própria família –, são uma boa antecipação de como pode vir a ser nosso país no futuro. Elas confirmam que o caráter atomizado da cultura do “lobo comendo lobo”, próprio da sociedade capitalista, não suprimiu a inclinação de nossa classe para a prática da solidariedade humana. Este elemento será essencial se viermos a avançar para além do que foi realizado por nossos colegas da classe trabalhadora cubana. Diferentemente de Cuba, entretanto, as ações citadas não contaram com o apoio governamental, a

única maneira através da qual elas poderiam ter sido generalizadas. As realizações dos cubanos ilustram, em seu sentido mais elementar, o que significa ter um governo da classe trabalhadora.

Exatamente porque fizeram uma Revolução, os cubanos puderam também fazer uma coisa que não foi realizada nos Estados Unidos capitalistas: reduzir as principais desigualdades entre as regiões, bem como no interior das mesmas. É importante considerar esta questão, dado que uma das explicações apresentadas, nem sempre explicitamente, acerca do que aconteceu na área de Nova Orleans alude ao seu “atraso”, um complemento da explicação teológica de Nagin, na qual a vítima é acusada. De acordo com este argumento, o desastre só poderia ter acontecido num setor dos EUA caracterizado pelas teorias sociais comparativas como subdesenvolvido e possuidor de todos os males que ele mesmo alimenta, como a corrupção, por exemplo. Nova Orleans e Luisiana são, desta forma, uma variação das “*Banana Republic*” de outros lugares.

Esta explicação demanda uma pergunta sobre como foi possível a Cuba, outrora uma “*Banana republic*”, caracterizada pelo desenvolvimento desigual e combinado, ter sido capaz de evitar a repetida destruição produzida pelo Furacão Flora, na Província de Oriente, situada em sua região historicamente menos desenvolvida e habitada por uma população majoritariamente negra? Simplesmente porque o novo governo revolucionário compreendeu, baseado na experiência do processo revolucionário mundial, que a superação da contradição cidade-campo, através da solidificação da aliança operário-camponesa, seria crucial para a sobrevivência da Revolução. A implementação da reforma agrária radical, seguida pelo empreendimento da lendária campanha de alfabetização nos três primeiros anos da Revolução, foram passos fundamentais na construção desta aliança. Crucial não apenas para a derrota da empreitada militar bancada por Washington em Playa Giron/Baía dos Porcos, mas também das menos conhecidas incursões armadas nas montanhas de Escambray, entre 1963 e 1965 (cf. Waters, 2002: capítulo 4).

O fato de Cuba ter sido capaz de manter a prática da solidariedade social tanto em casa como no exterior durante a maior crise econômica de sua história, na seqüência do colapso da União Soviética e dos regimes do Leste Europeu, é talvez a melhor prova do quanto foi alcançado através da Revolução. Diferentemente do que ocorre durante as crises econômicas sob o capitalismo, todo o sofrimento que os cubanos começaram a experimentar no começo dos anos 1990 foi compartilhado de uma forma inimaginável para aqueles que fazem suas preces no altar do mercado. Durante a fase que os cubanos denominam de *período especial* nenhuma escola, posto de saúde ou centro de tratamento infantil foram fechados. Eles continuaram com suas missões internacionalistas, tais como a inauguração da Escola de Medicina Latino-Americana, em 1998.

Isto contrasta agudamente com o que vem ocorrendo nos EUA ao longo da última década e meia, particularmente nos Estados do Golfo. A época de Bill Clinton foi supostamente a de maior crescimento na história estadunidense.

Porém, foi exatamente durante este período que a rede de seguridade social começou a esgarçar. O fim da *Ajuda às Famílias com Crianças Dependentes*, uma das três maiores conquistas da classe trabalhadora dos anos 1930 (as outras duas foram a seguridade social e o seguro-desemprego) é o monumento definitivo da era Clinton, a realidade da sociedade capitalista. Já foi dito que o teste de moralidade de uma sociedade é a maneira como ela trata suas crianças. Se for assim, Cuba impõe ao seu vizinho setentrional o estigma da vergonha. As imagens que procederam de Nova Orleans após a passagem do furacão comprovam, mais uma vez, esta triste realidade.

Onde a dominação do capital foi derrubada, a posição adotada pelo Estado favorece a classe trabalhadora. Onde isto não ocorre se passa exatamente o contrário, ou seja, ela favorece a burguesia, uma tendência classista inerente ao Estado capitalista. Os trabalhadores podem, certas vezes, realizar avanços sob um Estado burguês, mas eles serão sempre tênues, como o eleitorado formado nos anos do movimento pelos direitos civis aprendeu dolorosamente durante os anos Clinton. Se compreendermos a lógica de funcionamento de uma sociedade capitalista, incluindo este estágio particular de sua história, escamoteado pela crise, então, mais uma vez, poderemos nos indignar, porém, não nos surpreender com o que se desenrolou após a passagem do Katrina.

Não afirmo que Cuba seja um paraíso. Os cubanos conhecem perfeitamente bem, por exemplo, a burocracia governamental, tema de muitas anedotas e queixas. O sóbrio discurso de Fidel Castro na Universidade de Havana, em novembro de 2005, abordando os desafios permanentes da Revolução, como a corrupção trazida pela abertura do país ao capital durante o período especial, deixa isto muito claro. Não obstante estas limitações, o governo cubano tem se mostrado muito mais eficaz quando se trata da proteção da vida de seus cidadãos, diferentemente do que acontece nos EUA, como o Katrina deixou bem claro.

A inépcia burocrática tem sido apontada com frequência como a razão da perda de vidas sem precedentes após a passagem do furacão. Todavia, os esforços de reconstrução nos Estados atingidos demonstram o quão eficiente o governo pode ser quando se trata de servir aos interesses dos proprietários de empresas como Halliburton e Bechtel. Os obstáculos aos seus lucros, como a proibição de facilidades na licitação de contratos ou o pagamento de salários aos trabalhadores da reconstrução abaixo das tabelas sindicais, foram rapidamente superados. Que Washington tenha decidido reverter esta última decisão não invalida tal consideração. A privatização do sistema educacional em Nova Orleans, através da criação das *charter schools*, levada a cabo com a velocidade da luz, é mais um exemplo. A situação é comparável à chamada reconstrução do Iraque, onde a inépcia burocrática é um problema real quando se trata dos interesses do povo iraquiano, mas não para as corporações estadunidenses, algumas das quais estão saboreando as liberalidades governamentais em ambos os lugares. Falando claramente, não renego a realidade da burocracia, apenas entendo que ela não é decisiva.

5. REPENSANDO A DEMOCRACIA E OBTENDO UM DIVIDENDO POLÍTICO

O caso de Cuba desafia os padrões liberais clássicos a respeito da democracia e dos direitos humanos ou, pelo menos, revela suas limitações. O fato de Cuba não possuir os adornos do liberalismo ou, mais precisamente, da democracia burguesa, faz com que não se enquadre adequadamente nos padrões citados. De tal modo que a tendência dominante nos estudos comparativos sobre a democracia e os direitos humanos, quando leva em conta Cuba, o faz considerando a ilha como um caso *marginal* (algumas vezes como o marginal dos marginais). As investigações geralmente reconhecem que as sociedades que derrubaram o sistema capitalista tendem a obter um melhor desempenho em matéria de bem-estar e no interior deste grupo Cuba ocupa uma posição de destaque. Continuar a tratar o assunto desta maneira (tendo Cuba como caso marginal) revela mais uma vez a inadequação dos modelos utilizados como padrão. Para responder à questão que levantei no início, é necessário, quero defender aqui, a adoção de uma perspectiva de classe na abordagem da questão democrática, o que se encontra ausente no tratamento liberal do tema, assim como nas mais recentes abordagens centradas nos direitos do consumidor. E, justamente por causa da realidade a cada dia mais precária com a qual se depara o *demos* em nível mundial, esta não é simplesmente uma questão interessante, mas um assunto de vida ou morte.

Para aqueles que não possuem um interesse inerentemente classista, mas apenas de cunho intelectual, em reiterar as definições canônicas sobre a democracia e os direitos humanos, as lições de Cuba e o Katrina podem ser vistas como uma oportunidade de questionar aquela sabedoria recebida. Sim, pode ser custoso repensar aquelas formulações que aparentemente têm servido bem aos investigadores até os dias de hoje. Mas o bem-estar da humanidade deveria vir em primeiro lugar, especialmente quando aquela sabedoria se mostra inadequada para a explicação da realidade social: neste caso, as respostas substancialmente diferentes à ação de fenômenos naturais como os furacões.

Cientistas sociais, diferentemente de seus correlatos no estudo da natureza, não são capazes de empreender experimentos controlados. Contudo, a comparação dos procedimentos adotados por Cuba e EUA na resposta aos furacões pode ser o que de mais próximo podemos obter neste terreno, particularmente em face de uma questão de tão grandes implicações humanas. Revisitar as conceituações dominantes em torno da democracia e dos direitos humanos pode, no mínimo, nos revelar que, no que se refere à democracia, a perspectiva analítica de classe possui uma história muito mais longa e apenas foi substituída pelas abordagens vigentes quando o modo de produção capitalista se tornou hegemônico (cf. Hanson, 1989). A razão da incapacidade das conceituações antes mencionadas em compreender o caso cubano deve residir aí, num cenário onde o capitalismo foi eliminado.

Uma investigação deste tipo requer também uma séria apreciação da Revolução Cubana. Por que ela não se parece com nada do que foi feito em qualquer outro lugar do mundo em nome de Marx, Engels e Lênin? Uma resposta a esta questão situa-se além do escopo deste trabalho. Entretanto, uma discussão em torno deste assunto deve ter se iniciado em Cuba como

resultado das observações de Fidel Castro no discurso anteriormente mencionado na Universidade de Havana, em novembro de 2005. No contexto da discussão sobre a possibilidade de uma derrubada da Revolução Cubana a partir de dentro, Castro especulou acerca das razões que determinaram o colapso do “campo socialista”, ou daquilo que alguns de nós chamamos de regimes estalinistas na antiga União Soviética e Europa Oriental. As raízes daquele colapso, afirmou, vieram de longe, remontando às políticas de colaboração de classes dos partidos comunistas sob a direção de Moscou nos anos 1930. A própria Cuba, disse ainda, foi afetada por aquela política e, daí, suas diferenças com outros partidos que adotam o nome de comunistas.

De qualquer forma, esta discussão vital, que jamais aconteceu em Cuba de forma publicamente organizada, talvez tenha começado, pelo menos torcemos por isto. A resposta a esta questão, ou seja, o que faz a Revolução Cubana ser diferente de outras revoluções socialistas é, portanto, crucial para a resolução da questão central desta investigação. Mais uma vez sustento que o povo trabalhador de Cuba fez aquilo que seus co-irmãos do Norte ainda carecem de fazer: conquistaram o poder das mãos de uma pequena minoria de capitalistas e continuam, contrariamente a sua contraparte na ex-União Soviética, por exemplo, a exercê-lo conscientemente em seu próprio interesse. Este fato, mais do que qualquer outro, explica porque fenômenos físicos ou naturais como furacões produzem resultados enormemente distintos (a vida ou a morte) em duas sociedades separadas por apenas noventa milhas náuticas, tendo, entretanto, um mundo de distância a separar uma da outra sob os pontos de vista social e político. Finalmente, compreender esta diferença pode tornar claro “o que deve ser feito” aqui de modo a evitar tais desastres no futuro, não apenas aprender com nossos companheiros de Cuba mas, outra vez, aperfeiçoar o que eles fizeram de maneira tão nobre.

Com a chegada do Katrina, a classe dominante dos Estados Unidos, e não apenas a administração George Bush filho, pagou um elevado preço político por seus crimes praticados tanto no país quanto no exterior. Ao tentar se manter a uma elevada distância dos problemas nacionais, qualquer resquício de credibilidade que o governo ainda possuía sucumbiu às mesmas águas que levaram consigo as vidas de mais de 1.500 moradores de Nova Orleans e seus arredores. Isto foi particularmente verdadeiro para as massas do Terceiro Mundo, cujas raízes remontam à África. Na própria Cuba, onde o desastre foi acompanhado com intensa atenção, as ilusões dos que viam nos Estados Unidos uma alternativa de vida, por diferentes razões, receberam um severo golpe.

Contudo, o preço mais elevado que a classe dominante pode ter de pagar por seus crimes é ser despojada de seu poder pelo povo trabalhador. Fazer, em outras palavras, o que os trabalhadores cubanos fizeram. Evidentemente, este não é um objetivo imediato. Porém, tomar o exemplo de Cuba como uma alternativa para a classe trabalhadora nos termos apresentados aqui pode ser um passo importante dado naquela direção. Os ativistas políticos e sociais de mentalidade progressista deveriam tomar o desastre que se sucedeu à passagem do Katrina como um momento oportuno de aprendizagem, um dos melhores que nosso campo obteve na história recente. Não tirar vantagem dele pode representar uma negligência política. Da mesma forma que *e/es*

utilizaram o 11 de setembro para desencadear uma guerra (tanto no exterior quanto no próprio país), nosso campo deve ver no desastre uma oportunidade única de contra-atacar.

É o momento de ensinar não apenas o que os cubanos fazem para salvar as vidas de seus cidadãos quando os furacões atingem a ilha, mas também porque eles estão em condições de fazê-lo: porque fizeram uma revolução. Isto abre a possibilidade de um sério estudo sobre como os cubanos conseguiram aquilo, passando de um punhado de indivíduos para um movimento de massas em cerca de sete anos. Tal investigação deverá ser especialmente atraente para a juventude, que é provavelmente menos desmoralizada ou pessimista do que os mais velhos em relação às perspectivas de resistência e avanço da luta. A este respeito, não considero que minha própria experiência nas salas de aula da Universidade de Minnesota seja incomum, onde meu curso *A Revolução Cubana em Suas Próprias Palavras* passou de 60 para 90 alunos matriculados nos últimos dois anos.

Mais importante ainda: este é também o momento para esclarecer acerca do caráter de classe do Estado norte-americano, independentemente da cor da pele ou do gênero dos que exercem o governo num determinado momento. Esta é uma lição crucial para a classe trabalhadora afro-americana, lição esta que nossos irmãos e irmãs na África pós-colonial e no Terceiro Mundo já compreenderam há muito tempo. Um momento favorável é somente isto, *favorável*. Seus ensinamentos não são inevitáveis, devem ser ministrados. Devemos agir motivados pela sóbria constatação de que mais Katrinas, terremotos, *tsunamis* e gripes pandêmicas mais mortais estão na ordem do dia. Enquanto os criminosos que permitiram e continuam a perpetrar a tragédia que se seguiu ao Katrina estiverem no poder, horrores ainda maiores visitarão a humanidade.

Isto não é uma hipérbole. Os planos mais recentes de Washington para a próxima gripe pandêmica se parecem, pateticamente, com uma repetição de sua resposta ao Katrina. Por outro lado, quando Castro afirma, em relação à gripe das aves, que *“Cuba está trabalhando para reagir diante de qualquer eventualidade”*, os trabalhadores de todo mundo podem ter confiança que isto realmente será feito. Os antecedentes cubanos na matéria justificam tal expectativa. No momento em que escrevo este texto, os cubanos estão desenvolvendo exercícios de preparação comunitária para o que se espera que seja uma temporada de intensos furacões. Isto contrasta, uma vez mais, com a ausência de esforços coletivos similares nos Estados Unidos, onde *preparação* significa tomar iniciativas individuais para proteger a si mesmo.

Se a expressão “criminosos” soa asperamente, então vamos considerar os detalhes da segunda epígrafe com que abro este artigo. Na conclusão de seu *Op-Ed* no **New York Times** (em 9 de maio de 2006, isto é, oito meses depois do Katrina) acerca do compromisso para com as crianças evacuadas nos abrigos subsidiados da Agência Federal para a Administração de Emergências (FEMA), Irwin Redlener, diretor do Centro Nacional de Preparação para Desastres na Universidade de Columbia e presidente da Fundação para a Saúde das Crianças, escreveu que

estamos observando a pior crise de saúde infantil da moderna história americana se desenrolar na área do Golfo. Após o trauma do Furacão Katrina, este desastre secundário – outra vez sob os auspícios do Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos – ainda deve ter conseqüências muito mais sérias. Milhares de crianças estão agora aparentemente abandonadas por um governo federal ainda incapaz de funcionar efetivamente quando é mais necessário

Particularmente revoltante na descrição de Redlener é o fato de que as soluções para os atendimentos médicos propostas por ele poderiam ser implementadas facilmente e de bom grado através da oferta cubana de assistência, que foi rejeitada. Como pode *nosso* governo, para retomar meu principal argumento, realmente praticar semelhante abandono? Apenas quando nós, o povo trabalhador, nos desfizemos de nossas ilusões acerca do Estado e do governo sob o capitalismo poderemos começar a fazer “o que deve ser feito”, para tornar *nosso* governo uma realidade pela primeira vez na história dos Estados Unidos. Cada atraso na obtenção desta conclusão engendra crescentemente custos ocasionalmente trágicos.

Se os negros que recentemente votaram pela reeleição de Nagin tinham a expectativa de que seus votos poderiam de alguma forma trazer o “mano” de volta ao lar, para os braços de “seu povo”, terei de ser portador de más notícias. Posso predizer com segurança que o prefeito, dada a realidade do Estado capitalista, irá mais uma vez priorizar os interesses do capital às expensas do povo trabalhador e, portanto, da esmagadora maioria dos negros de Nova Orleans. Não pode ser diferente na ausência daquilo que nossos colegas de Cuba fizeram há mais de quarenta anos.

Em março de 2006, o ministro Louis Farrakhan, da *Nação do Islã*, visitou Cuba para aprender como os cubanos salvam vidas quando os furacões aparecem. O secretário de Segurança Interna do Texas, Steve McCraw, não se deixou impressionar, criticando a visita e a saudação de Farrakhan aos cubanos: “*Ir a Cuba para aprender sobre administração de emergências é como ir até lá para ter lições sobre democracia*”. McCraw mal pode imaginar com que propriedade se expressou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Hanson, Russ. “Democracy”. In Ball, Terence e Farr’s, James. **Political innovation and conceptual change**. Cambridge, Cambridge University, 1989, p. 68-89.
- MacPherson, C. B. **Life and times of liberal democracy**. Oxford, Oxford University, 1973.
- Thompson, Martha e Gaviria, Izaskun. **Cuba – weathering the storm: lessons in risk reduction from Cuba. A Oxfam Report**. Boston, Oxfam America, 2004.

Waters, Mary-Alice (ed.). **From the Escambray to the Congo: in the whirlwind of the Cuban Revolution. Interview with Victor Dreke.** Nova York, Pathfinder, 2002.

* *August Nimtz é professor de Ciência Política e Estudos Africanos e Afro-Americanos na Universidade de Minnesota. Seu pai e sua mãe foram evacuados de Nova Orleans para Minnesota na seqüência da passagem do Katrina. [animtz@polisci.umn.edu]*